



CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA

Bruxelas, 17 de Maio de 2004 (19.05)
(OR. de)

9608/04

COPEN 66
EJN 32
EUROJUST 43

NOTA DE ENVIO

de:	Dr. Dieter BÖHMDORFER, Ministro Federal da Justiça da República da Áustria
data:	11 de Maio de 2004
para:	Charles ELSÉN, Director-Geral da DG H, Secretariado-Geral do Conselho
Assunto:	Mandado de detenção europeu – Notificações e declarações da República da Áustria

Senhor Director-Geral,

Tenho a honra de junto enviar a V. Ex.^a a notificação e as declarações da República da Áustria nos termos da decisão-quadro do Conselho relativa ao mandado de captura europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros.

Em 25 de Março de 2004, o parlamento austríaco (*Nationalrat*) aprovou a lei federal relativa à cooperação judiciária em matéria penal com os Estados-Membros da União Europeia (EU-JZG). Dado que o *Bundesrat* (Conselho federal) decidiu, em 16 de Abril de 2004, não levantar objecções a este diploma, a lei federal que introduz o mandado de captura europeu na Áustria **entrará em vigor em 1 de Maio de 2004**.

Queira aceitar, Senhor Director-Geral, os protestos da minha mais elevada consideração.

(a.) Dieter BÖHMDORFER

A partir de 1 de Maio de 2004, a Áustria passará a aplicar a decisão-quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002 relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros, JO L 190 de 18 de Julho de 2002, p. 1, relativamente aos Estados-Membros que já tenham transposto o mandado de detenção europeu para o direito interno.

A Áustria remete para a declaração que fez acerca do artigo 32.º da decisão-quadro por ocasião da sua aprovação.

Ad n.º 3 do artigo 6.º da decisão-quadro

Autoridade judiciária de emissão competente

São competentes para emitir um mandado de captura europeu e para executar uma pena privativa de liberdade ou uma medida preventiva que implique a privação de liberdade os *Landes und Bezirksgerichte* (tribunais regionais e de círculo).

Autoridade judiciária de execução competente

É competente para executar um mandado de captura europeu e para realizar o processo de entrega o juiz de instrução do *Landesgericht* (tribunal regional) com competência territorial. As decisões do juiz de instrução relativas à execução do mandado de captura europeu são passíveis de recurso para o tribunal supremo regional competente.

Ad n.º 1 do artigo 7.º da decisão-quadro

As autoridades centrais para assistir as autoridades judiciárias competentes são o Ministério Federal da Justiça e o Ministério Federal dos Assuntos Internos, Direcção-Geral para a Segurança Pública, Polícia Judiciária Federal.

Endereços:

Bundesministerium für Justiz (Ministério Federal da Justiça)
Abteilung IV 1
Museumstraße 7
1070 Wien
Österreich

Tel: +43-1-52 1 52-0
Fax: +43-1-52 1 52-2500
e-mail: kzl.F@bmj.gv.at

Bundesministerium für Inneres (Ministério Federal dos Assuntos Internos)
Generaldirektion für die öffentliche Sicherheit (Direcção-Geral para a Segurança Pública)
Bundeskriminalamt – SIRENE Österreich (Polícia Judiciária – SIRENE Áustria)
Josef Halaubek Platz 1
1090 Wien
Österreich

Tel: +43-1-24836-85280
Fax: +43-1-315 28 54
e-mail: bmi-ii-bk-spoc@bmi.gv.at

Ad n.º 2 do artigo 8.º da decisão-quadro

A República da Áustria aceita os mandados de captura europeus nas línguas oficiais dos Estados de emissão que aceitarem os mandados de captura europeu emitidos por tribunais austríacos em língua alemã.

Ad n.º 2 do artigo 25.º da decisão-quadro

O Ministro da Justiça decide sobre o trânsito de pessoas no território da República da Áustria sujeitos de entrega noutro Estado-Membro com base num pedido prévio. É, pois, responsável pela recepção dos pedidos de trânsito e dos documentos necessários, bem como pela correspondência oficial relacionada com esses pedidos.

Ad n.º 1 do artigo 27.º

A Áustria declara que, nas suas relações com os outros Estados-Membros que tenham apresentado a mesma notificação, se presume dado o consentimento para a instauração de procedimento penal, a condenação ou a detenção para efeitos de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativas de liberdade, por uma infracção praticada antes da sua entrega diferente daquela por que foi entregue, salvo se, num caso específico, a autoridade judiciária de execução declarar o contrário na sua decisão de entrega.
